



**A NOVA DRE – IMPACTOS CONTÁBEIS,
SOCIETÁRIOS E TRIBUTÁRIOS.**

Prof.^a Ana Maria de Abreu



OBJETIVOS

1

Aprimorar como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras.

2

Foco na informação contidas na demonstração de resultado e performance (*non-gaap*).

3

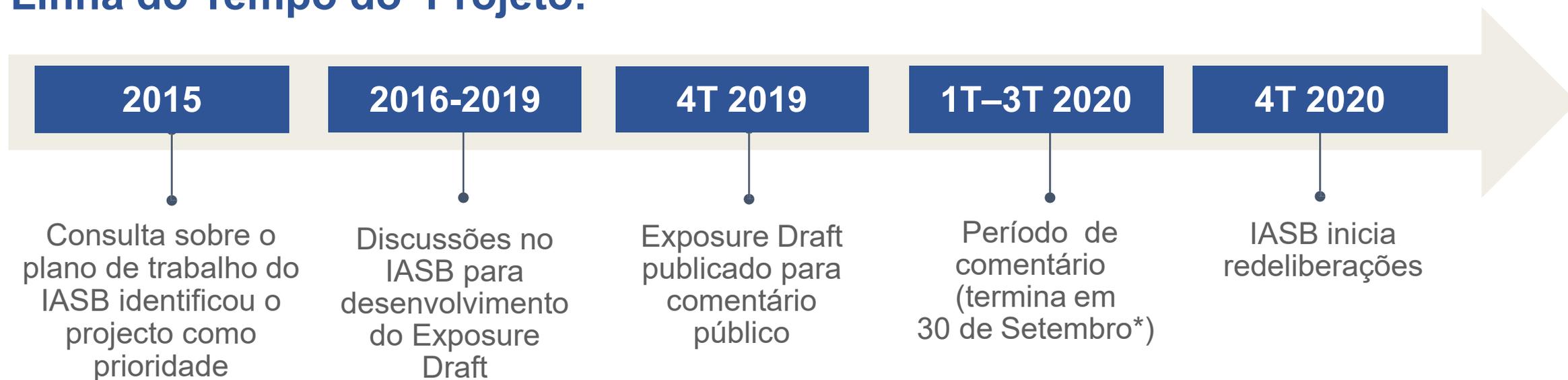
Substituir a IAS1(CPC 26) Apresentação de Demonstrações Financeiras por uma nova norma que incluiria:

- Novos requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras;
- Requisitos trazidos para IAS 1 apenas com alterações limitadas na redação que não se destinam a modificar nenhum requerimento.

4

Outras normas poderão ser alteradas em função da mudança: IAS 7 - Demonstração de Fluxo de Caixa, IFRS 12 Coligadas e JVs, IAS 33 Resultado por ação, IAS 34 Demonstração intermediária.

Linha do Tempo do Projeto:



* Período de comentário estendido de 30 de Junho para 30 de Setembro por causa da pandemia.

ÁREAS AFETADAS

- Demonstrações Financeiras Primárias: Foco na Demonstrações de Resultados e alterações previstas na Demonstração de Fluxo de Caixa e Balanço Patrimonial (goodwill).
- Divulgações: receitas e despesas não usuais e medidas de desempenho (non gaap).

Fonte:  IFRS

Principais propostas e benefícios esperados

O que os usuários nos disseram 	Principais propostas 	Benefícios esperados 
A estrutura e o conteúdo da demonstração do resultado variam entre diferentes empresas, dificultando a comparação de desempenho, principalmente devido aos subtotais.	1 Introduzir subtotais definidos na demonstração do resultado visando a comparabilidade.	Informações adicionais e uma estrutura da demonstração do resultado mais comparável entre diferentes empresas.
O nível de desagregação nem sempre fornece as informações necessárias.	2 Reforçar os requerimentos sobre desagregação de informações	Informações adicionais e informações materiais não ocultadas
Medidas non-GAAP(MPM) podem fornecer informações úteis, mas transparência e disciplina precisam ser melhoradas	3 Requerer divulgação sobre medidas de desempenho da administração nas notas explicativas.	Transparência e disciplina no uso de tais medidas e divulgação em uma única nota
Opções de classificação e apresentação tornam mais difícil comparar diferentes empresas	4 Introduzir melhorias na demonstração dos fluxos de caixa	Melhor comparabilidade entre empresas

Fonte:  IFRS

MPM - Management Performance Measurement: EBITDA (LAJIDA), EBIT, etc.

Qual é o problema?

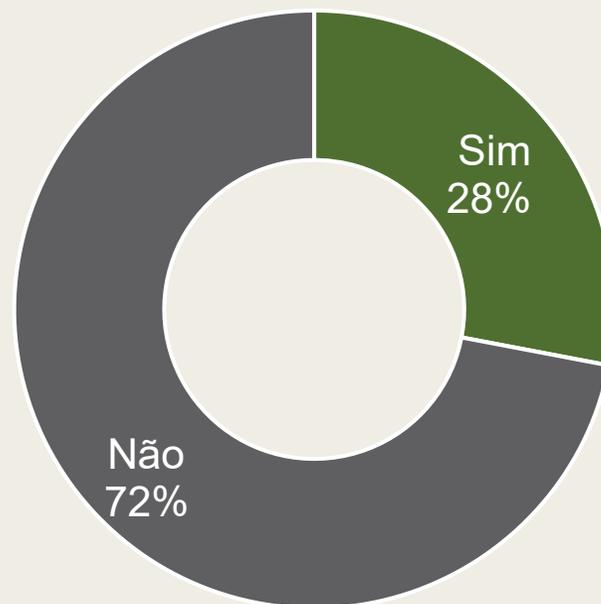
Nenhum subtotal definido pelas Normas IFRS entre 'Receita' e 'Lucro ou perda'



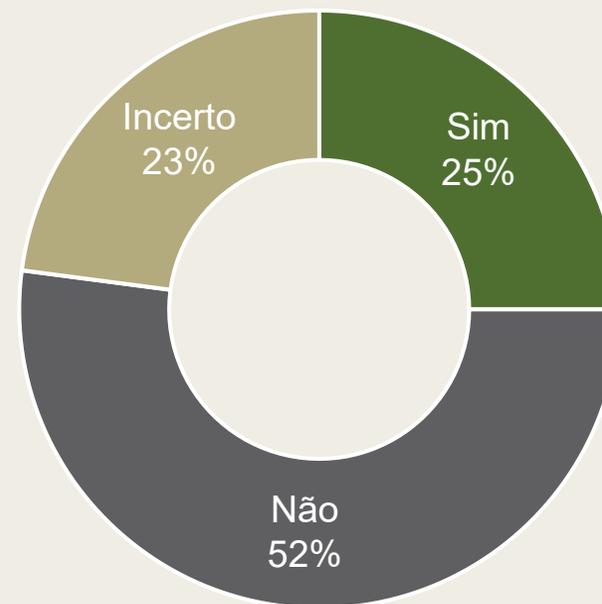
Empresas calculam subtotais de maneiras diferentes

Em uma amostra de 100 empresas, descobrimos que 63 empresas relataram lucro operacional nas demonstrações financeiras **utilizando pelo menos nove definições diferentes**

Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs incluídas no lucro operacional?



Despesa de juros sobre o passivo de planos de pensão incluído no lucro operacional?

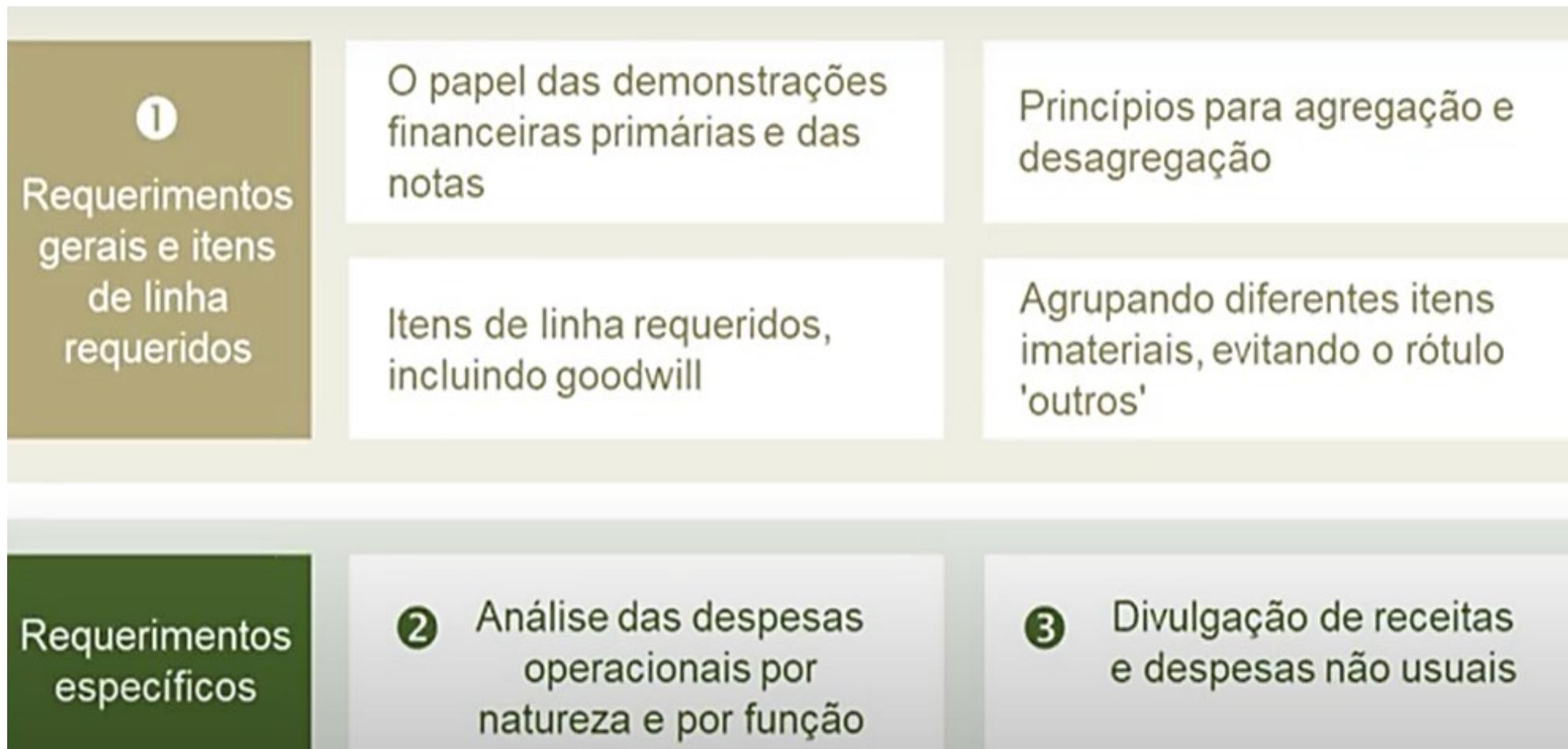


140 Jurisdições com problemas de comparabilidade

Fonte:  IFRS

Desagregação – Visão Geral

Três etapas: agregar itens de mesma natureza, não agregar itens de natureza diferentes, não devem obscurecer as informações relevantes ou reduzir a compreensibilidade das informações apresentadas ou divulgadas. Exceção: itens imateriais de natureza diferentes poderá ser agregado, mas deve ser divulgado.



O papel das demonstrações financeiras primárias e o papel das notas

- **O papel das demonstrações financeiras primárias** é fornecer um resumo estruturado e comparável dos ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa reconhecidos de uma empresa.
- **O papel das notas** é:
 - fornecer informações adicionais necessárias para que os usuários compreendam os itens incluídos nas demonstrações financeiras primárias; e
 - complementar as demonstrações financeiras primárias com outras informações necessárias para atingir o objetivo das demonstrações financeiras.

Itens de linha requeridos

- Os novos itens de linha obrigatórios incluem:
- itens de linha separados para coligadas e JVs integrais e não integrais (demonstração do resultado, fluxos de caixa e balanço patrimonial)
 - Receitas ou despesas de atividades de financiamento
 - Goodwill (balanço patrimonial)

Princípios para agregação e desagregação

1. Identificar ativos, passivos, patrimônio, receitas e despesas que surgem de transações individuais ou outros eventos
2. Classificar itens em grupos com base em características compartilhadas, resultando em itens de linha nas demonstrações financeiras primárias que compartilham pelo menos uma característica
3. Separar os itens de linha com base em características adicionais, resultando na divulgação separada de itens materiais nas notas

Agrupando itens imateriais diferentes

- As empresas devem usar **rótulos significativos** para grupos de itens imateriais, evitando itens de linha como 'outras despesas'.
- Se isso não for possível, as empresas deverão fornecer informações nas **notas** sobre o **conteúdo** desses grupos de itens.

Subtotais na demonstração do resultado



Receita	347,000	Operacional Natureza ou Função
Outras receitas	3,800	
Variações em estoques de produtos acabados e em elaboração	3,000	
Matérias-primas e materiais de consumo	(146,000)	
Despesas com benefícios a empregados	(107,000)	
Despesas de depreciação	(37,000)	
Despesas de amortização	(12,500)	
Honorários profissionais e outras despesas	(10,030)	
Lucro operacional	41,270	
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs integrais	(600)	Coligadas e JVs integrais
Lucro operacional e receitas e despesas de coligadas e JVs integrais	40,670	
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs não-integrais	3,380	Investimento
Receita de dividendos	3,550	
Lucro antes de financiamento e imposto de renda	47,600	
Despesas de atividades de financiamento	(3,800)	Financiamento
Reversão de desconto sobre passivos de planos de pensão e provisões	(3,000)	
Lucro antes de imposto de renda	40,800	
Imposto de renda	(7,200)	
Lucro do exercício	33,600	

Demonstração do resultado

Usar o método de análise de despesas operacionais (por natureza ou por função) que fornece as **informações mais úteis**

- Não é **uma escolha livre**—o IASB propõe fornecer um conjunto de indicadores para ajudar as empresas a selecionar um método.
- Empresas **não devem misturar** os dois métodos.
- **Remover a opção** de apresentar análise das despesas apenas nas notas.

Notas explicativas

Divulgar a análise por **natureza** nas notas se a análise por função for apresentada na demonstração do resultado

- Análise do **total** de despesas operacionais—nenhum requerimento para analisar separadamente cada item de linha funcional, por natureza.

Demonstração de Resultado – Apresentação Mista

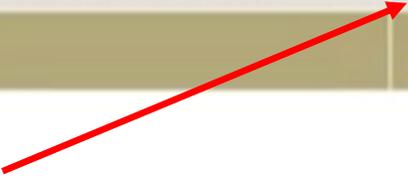
Receita	86,750
Custo de vendas	(55,775)
Lucro Bruto	30,975
Despesas gerais e administrativas	(9,472)
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(5,385)
Depreciação	(6,750)
Outras receitas	1,645
Lucro operacional	11,013
Despesas financeiras	(813)
Lucro antes de imposto de renda	10,200
Imposto de renda	(1,800)
Lucro do exercício	8,400



O total de 'custo de vendas' ou de 'depreciação' está incompleto

Demonstração do resultado (por função)	
Receita	500
Custo dos produtos vendidos	(300)
Lucro bruto	200
Despesas com vendas	(40)
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(20)
Despesas gerais e administrativas	(50)
Impairment de contas a receber	(30)
Lucro operacional	60

Itens de Linha Mínimo



Notas explicativas (por natureza)	
Variações em estoques de produtos acabados e em elaboração	30
Matérias-primas e materiais de consumo	(160)
Despesas com benefícios a empregados	(140)
Depreciação	(40)
Impairment de imobilizado	(10)
Impairment de contas a receber	(30)
Imposto sobre propriedade	(40)
Despesas judiciais	(20)
Ganhos (perdas) com derivativos	(30)
Total de despesas operacionais	(440)



O objetivo do subtotal de 'lucro antes de financiamento e imposto de renda' é possibilitar a comparação do desempenho de empresas antes de suas decisões de financiamento. A categoria de financiamento inclui:

Receitas e despesas com passivos decorrentes de **atividades de financiamento**

Atividades de financiamento envolvem o recebimento ou uso de recursos de um provedor de financiamento com a expectativa de que:

- o recurso será devolvido ao provedor de financiamento; e
- o provedor de financiamento é compensado através de um encargo financeiro

Receita e despesas de juros com outros passivos

Inclui itens como a reversão de desconto sobre passivos de planos de pensão e provisões

Receitas e despesas de caixa e equivalentes de caixa

Usado como proxy para receita de excesso de caixa e investimentos temporários de excesso de caixa

 Objetivo: Comunicar separadamente informações sobre retorno de investimentos

Receitas e despesas com investimentos

Receitas e despesas com ativos, exceto receitas e despesas com caixa e equivalentes de caixa, que geram retorno individualmente e em grande parte independentemente de outros recursos da empresa

Despesas incrementais

Despesas que a empresa não teria incorrido se os investimentos que geram as receitas e despesas de investimentos não tivessem sido realizados

Exemplos (para entidades que não investem no curso de suas principais atividades de negócios*):

- receita de aluguel e mudanças no valor justo de propriedades para investimento
- receita de juros e mudanças no valor justo de ativos financeiros (exceto caixa e equivalentes de caixa)
- dividendos e mudanças no valor justo de investimentos em ações (não consolidados)

* Por exemplo, para uma empresa cuja principal atividade de negócio é investir em propriedades para investimento, os rendimentos destas propriedades seriam incluídos no lucro operacional.

Diferentes
opiniões de
stakeholders



Minhas coligadas e JVs fazem parte das minhas principais atividades de negócios, então quero incluir o resultado de equivalência patrimonial no lucro operacional

O resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs é calculado após financiamento e imposto de renda, então quero analisá-lo separadamente do lucro operacional



Proposta
—
abordagem
equilibrada

As empresas seriam requeridas a:

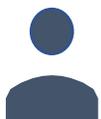
- **excluir** do lucro operacional as receitas e despesas de **todas** as coligadas e JVs reconhecidas através do método de equivalência patrimonial
- identificar quais destas coligadas e JVs são intimamente relacionadas ('integrais') às principais atividades de negócios. As receitas e despesas de coligadas e JVs integrais seriam **apresentadas imediatamente abaixo do lucro operacional**. As receitas e despesas de coligadas e JVs **não-integrais** seriam apresentadas na categoria de **investimento**

Coligadas e JVs Integrais

Participação no resultado e receitas e despesas relacionadas de coligadas e JVs integrais. Investidas integrais são coligadas e JVs mensuradas pela equivalência patrimonial e que são integrais às atividades principais de negócio da entidade, com grande interdependência, e, de tal forma, não geram retorno individual e amplamente independente de outros ativos da empresa.



Exemplos Integrais: investimentos que compartilham a mesma administração, possuem contratos de fornecimento exclusivo, utilizam a marca da matriz, são estratégicas para a operação devido a ponto logístico, etc.



Exemplos Não Integrais: investimentos avaliados pelo valor justo, mantidos por valor organização de capital de risco, fundos, etc. A sinergia nesse caso é mais retorno financeiro.

✓ *Avaliação de sinergia operacional ou financeira já era prevista no CPC 18 como condição de se aplicar ou não a equivalência patrimonial.*



Inclui receitas e despesas das principais atividades de negócios de uma empresa, exceto as classificadas em outras categorias.

Categoria definida como padrão—inclui receitas e despesas não classificadas nas outras categorias

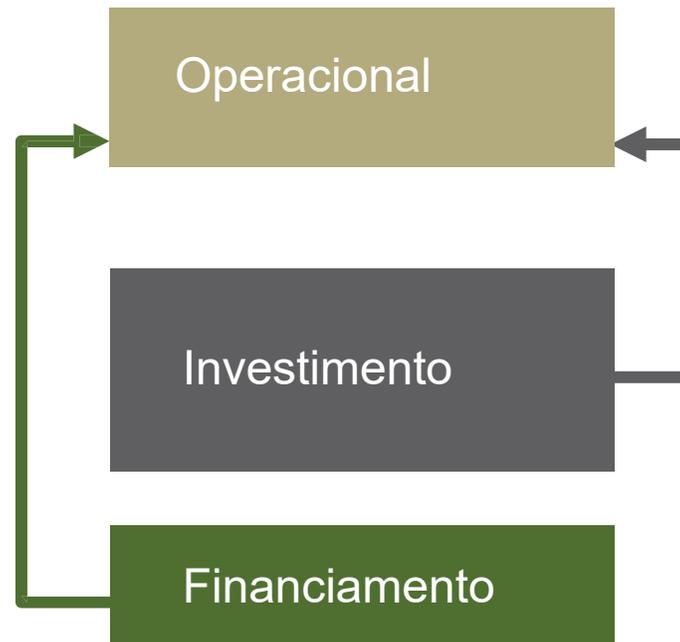
- Funciona para **diferentes modelos de negócios**
- Uma definição direta exigiria **juízo significativo**, o que poderia resultar em lucro operacional não sendo comparável
- Evita a criação de uma **categoria "não operacional"** que não seria operacional, investimento ou financiamento, e que poderia ser usada oportunisticamente

Inclui receitas e despesas não-usuais

- Na opinião do IASB, esta categoria deve fornecer uma imagem **completa** das operações da entidade.
- A **divulgação** de itens não-usuais nas notas explicativas fornece informação sobre receitas e despesas com **valor preditivo limitado**

Receitas e despesas de atividades de financiamento e de caixa e equivalentes de caixa incluídos no lucro operacional

- Aplicável apenas às empresas que fornecem financiamento à clientes como uma de suas principais atividade de negócios
- Exemplos: bancos e empresas que fornecem financiamento à clientes para a compra dos produtos da empresa
- Escolha de política contábil: classificar *todas* estas receitas e despesas ou *apenas* aquelas relacionadas ao financiamento de clientes



Receitas e despesas com investimentos realizados no curso das principais atividades de negócios incluídas no lucro operacional

- Exemplos: seguradoras, fundos de investimento e empresas que investem em propriedades para investimento
- Não se aplica às receitas e despesas de coligadas e JVs reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial

Exemplo—Banco de investimento e varejo

Receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos	356,000
Despesa de juros	(281,000)
Receita líquida de juros	75,000
Receitas de taxas e comissões	76,800
Despesas de taxas e comissões	(45,300)
Receita líquida de taxas e comissões	31,500
Receita líquida de negociação de títulos	9,100
Receita líquida de investimentos	11,600
Despesa com perdas com operações de crédito	(17,300)
Despesas com benefícios a empregados	(55,100)
[Outras linhas não apresentadas neste exemplo]	(11,800)
Lucro operacional	43,000
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs integrais	(2,400)
Lucro operacional e receitas e despesas de coligadas e JVs integrais	40,600
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs não-integrais	4,200
Lucro antes de imposto de renda	44,800
Imposto de renda	(11,200)
Lucro do exercício	33,600

Todas as despesas das atividades de financiamento são classificadas na categoria operacional e não na categoria de financiamento

Receitas (despesas) de investimentos realizados no curso das principais atividades de negócios são classificadas na categoria operacional, e não na categoria de investimento

O subtotal 'Lucro antes de financiamento e imposto de renda' não é apresentado.

Fonte:  IFRS

Exemplo—Fabricante que fornece financiamento a clientes

Receita de venda de mercadorias	390,000
Custo das mercadorias vendidas	(285,000)
Lucro bruto de venda de mercadorias	105,000
Receitas de juros relacionadas à provisão de financiamento a clientes, calculadas utilizando o método de juros efetivos	119,500
Despesas relacionadas à provisão de financiamento a clientes	(110,000)
Lucro bruto com a provisão de financiamento a clientes	9,500
Despesas com vendas	(28,900)
Despesas de pesquisa e desenvolvimento	(15,800)
Despesas gerais e administrativas	(22,900)
Lucro operacional	46,900
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs integrais	4,700
Lucro operacional e receitas e despesas de coligadas e JVs integrais	51,600
Resultado de equivalência patrimonial de coligadas e JVs não-integrais	(7,100)
Receita de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	4,200
Lucro antes de financiamento (não cliente) e imposto de renda	48,700
Despesas com juros não relacionadas à provisão de financiamento para clientes	(3,900)
Lucro antes de imposto de renda	44,800
Imposto de Renda	(11,200)
Lucro do exercício	33,600

A empresa optou por classificar apenas as despesas de atividades de financiamento relacionadas à provisão de financiamento a clientes na categoria operacional

A empresa optou por classificar despesas de atividades de financiamento não relacionadas à provisão de financiamento a clientes na categoria de financiamento

DEFINIÇÃO

- Receitas e despesas com valor preditivo limitado.
- Receitas e despesas têm valor preditivo limitado quando é razoável esperar que receitas ou despesas semelhantes **em tipo de valor** não surgirão por vários períodos anuais futuros.
- As receitas e despesas oriundas da remensuração recorrente de itens mensurados a valor atual normalmente não seriam classificadas como não-usuais.

DIVULGAÇÃO Valor e Descrição Narrativa

Valor desagregado por:
Rubricas apresentadas na demonstração do resultado; e
Rubricas divulgados na análise de despesas operacionais por natureza, se
A entidade apresentar despesas por função na demonstração de resultado.

- As receitas e despesas oriundas da remensuração recorrente de itens mensurados a Valor atual normalmente não seriam classificadas como não-usuais.

Receitas e Despesas Usuais e não Usuais

Receitas e despesas com valor preditivo limitado.



O IASB não definiu o que é esse prazo, dependerá de julgamento.

EXEMPLOS

- Desastres naturais como inundação, terremotos, etc.
- Perda de recuperabilidade resultante de um incêndio na fábrica
- Pandemia – COVID-19
- Receitas anormais decorrentes de eventos específicos.

O IASB não disciplinou o que seria um IBTIDA dentro da demonstração contábil, mas deu orientação visando Obtenção de consistência na elaboração dessa medida.

<p>Definição</p> 	<p>Subtotais de receitas e despesas que:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ São usados em comunicações públicas fora das demonstrações financeiras▶ Complementam totais ou subtotais especificados pelas normas IFRS▶ Comunicam a visão da administração sobre um aspecto do desempenho financeiro de uma entidade <p>Outras medidas de desempenho financeiro, como fluxo de caixa livre, ou medidas de desempenho não-financeiro, como número de assinantes, não seriam incluídas</p>
<p>Divulgações</p>	<p>Valor e descrição narrativa</p> <p>Incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Reconciliação entre o MPM e o total ou subtotal mais diretamente comparável especificado pelas normas IFRS; e▶ Efeitos do imposto de renda e efeitos sobre participação de acionistas não controladores

Ganhos ou perdas cambiais—classificação na demonstração do resultado

Mesma categoria que a receita ou despesa dando origem aos ganhos ou perdas:

Diferenças cambiais relacionadas a atividades de financiamento (por exemplo, sobre dívida denominada em moeda estrangeira)

Categoria de
Financiamento

Diferenças cambiais em caixa e equivalentes de caixa

Categoria de
Financiamento

Diferenças cambiais em investimentos (por exemplo, investimentos em títulos denominados em moeda estrangeira)

Categoria de
Investimento

Todas as outras diferenças cambiais

Categoria
Operacional

Derivativos e gerenciamento de riscos—classificação na demonstração do resultado

		Derivativos	Instrumentos financeiros não derivativos
Utilizado para gerenciamento de riscos	Designado como instrumento de hedging	Incluir na categoria afetada pelo risco que a entidade pretende gerenciar, exceto quando isto envolveria a apresentação de ganhos e perdas de forma bruta— neste caso, incluir na categoria de investimento	
	Não designado como instrumento de hedging	Classificar como acima, exceto quando isto envolveria custo ou esforço indevido— neste caso, incluir na categoria de investimento	Aplicar as definições do IASB para cada categoria
Não utilizado para gerenciamento de riscos		Incluir na categoria de investimento	

Propostas

Ponto de partida único para a reconciliação indireta: **Lucro operacional**

Remoção de opções de classificação para juros e dividendos



Item de fluxo de caixa	Classificação de acordo com o IAS 7	Proposta sugerida	
		Majoria das empresas	Empresas com atividades de negócios específicas (incluindo bancos)
Juros pagos	Operacional ou financiamento	Financiamento	Depende da classificação das receitas e despesas relacionadas na demonstração do resultado (principalmente operacional)
Juros recebidos	Operacional ou investimento	Investimento	
Dividendos recebidos	Operacional ou investimento	Investimento	
Dividendos pagos	Operacional ou financiamento	Financiamento	Financiamento

Demonstração dos fluxos de caixa—ilustração (método indireto)

Lucro operacional	X
Ajustes para:	
Depreciação	X
[...]	
Imposto de renda pago	(X)
Caixa líquido das atividades operacionais	X
Aquisição da JV integral X	(X)
Aquisição de coligada não integral Y	(X)
Dividendos recebidos da coligada integral A	X
Dividendos recebidos de coligada não integral B	X
Compra de ativo imobilizado	(X)
[...]	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(X)
Dividendos pagos	(X)
[...]	
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(X)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	X

Ponto de partida consistente para fluxos de caixa operacionais apresentados pelo método indireto

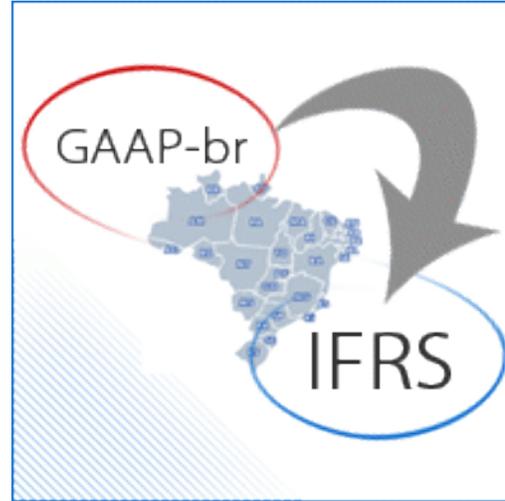
Apresentação separada de fluxos de caixa de coligadas e JVs integrais e não integrais dentro de fluxos de caixa de investimento

Eliminação de opções de classificação para juros e dividendos

BRGAAP

- Lei 6.404/76
- Lei 11.638/07
- Lei 11.941/09
- CPCs normatizados pelos reguladores (CFC, CVM, BC, SUSEP, ANS, etc)
- Normas específicas de reguladores.
- Lei 12.973/14 – subcontas
- Outras

As leis não conseguem acompanhar as mudanças constantes das IFRS (CPCs), ocasionando divergências entre ela e as normas contábeis regulamentadas.



IFRS

- Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB



- ✓ **Demonstrações Financeiras Individuais – BRGAAP**
- ✓ **Demonstrações Consolidadas – Conformidade com IFRS**

Exemplos não exaustivos:

Agregação :

Art. 176 - § 2º (...) os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; (...)

Investimentos:

Art. 248. No balanço patrimonial da companhia, os investimentos em coligadas ou em controladas e em outras sociedades que façam parte de um mesmo grupo ou estejam sob controle comum **serão avaliados pelo método da equivalência patrimonial**, de acordo com as seguintes normas (...)

Como ficaria a situação dos fundos, que mesmo que controle seus investimentos, a norma contábil requer mensuração pelo valor justo devido a sinergia financeira e não operacional?

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

I - a receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;

II - a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;

III - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais;

IV – o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; ([Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009](#))

V - o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto;

Exemplos não exaustivos:

Entretanto, o artigo abaixo, atualmente, já gera conflitos na apresentação da ECF:

Demonstração de Resultado:

Art. 187 - VI – as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa;

Veja exemplo a seguir:

IFRS/CPC

RECEITA LÍQUIDA (Conciliação c/RB via NE)

(-) Custo

(=) LUCRO BRUTO

(-) Despesas Vendas, gerais e administrativas.

(-) Despesas Gerais e Administrativas

(+) Outras Receitas Operacionais

(-) Outras Despesas Operacionais

(+/-) Resultado da Equivalência Patrimonial

(+/-) Ganhos ou Perdas de Capital

(+/-) Perdas de Recuperabilidade de ativos

(=) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO

(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras

(+/-) Variação cambial, líquida

(+/-) (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido

(=) RESULTADO ANTES O IMPOSTO DE RENDA

(+/-) Tributos sobre o lucro corrente e diferido

(=) RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS

(+/-) Resultado Líquido de Operações descontinuadas

(+/-) Resultado de ativos para venda operações descontinuadas

(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

LEI 6.404/76

RECEITA BRUTA

(-) Deduções de Vendas (impostos, abatimentos, etc)

(-) RECEITA LÍQUIDA

(-) Custo

(=) LUCRO BRUTO

(-) Despesas Vendas, gerais e administrativas.

(+) Outras Receitas Operacionais

(-) Outras Despesas Operacionais

(+/-) Resultado da Equivalência Patrimonial

(+/-) Perdas de Recuperabilidade de ativos

(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras

(+/-) Variação cambial, líquida

(+/-) (Perdas) Ganhos com instrumentos

financeiros, líquido

(=) LUCRO OPERACIONAL

(+/-) Outras receitas e outras despesas

(=) RESULTADO ANTES O IMPOSTO DE RENDA

(+/-) Tributos sobre o lucro corrente e diferido

(-) Participações

(=) LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS - REGISTRO L300	IFRS	ECF	ECF - CUSTO INALTERADO
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	10.000.000,00	10.000.000,00	10.000.000,00
Custos das vendas - Registro L210	(6.500.000,00)	(6.000.000,00)	(6.500.000,00)
LUCRO BRUTO	3.500.000,00	4.000.000,00	3.500.000,00
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS	(1.898.549,92)	0,00	0,00
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS IMPOSTOS	1.601.450,08	4.000.000,00	3.500.000,00
RESULTADO FINANCEIRO	200.000,00	200.000,00	200.000,00
Participação de Debêntures	0	(697.455,63)	(697.455,63)
Participação de Empregados	0	(627.710,07)	(127.710,07)
Participação de Administradores	0	(564.939,06)	(564.939,06)
Participações das Partes Beneficiárias	0	(508.445,16)	(508.445,16)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.801.450,08	1.801.450,08	1.801.450,08
Imposto de renda e contribuição social	(612.493,03)	(612.493,03)	(612.493,03)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	1.188.957,05	1.188.957,05	1.188.957,05
ATRIBUÍDO A:			
Participação dos acionistas controladores	1.070.061,35		
Participação dos acionistas não-controladores	118.895,71		

“Não fosse a Lei das S.A., todos estes gastos poderiam ser classificados diretamente como custo ou despesas operacionais, porém essa tratou de classificá-las de forma diferenciada na DRE.”
Manual de Contabilidade Societária – FIPECAFI.

Em relação a ECF teríamos um erro, omissão ou inexatidão da informação?

Investimentos em sistemas – alterar a parametrização e dependendo da situação investir em controles novos.



Contábil

Na ECD as demonstrações contábeis são apresentadas, conforme as normas contábeis vigentes, logo, deverá ser revisada o processo de aglutinação das contas contábeis.



Tributário

As demonstrações contábeis apresentadas na ECF são montadas, através do plano referencial e atualmente já temos riscos, devido conflitos com a Lei 6.404/76



Tributário

Questões regulatórias – avaliação de controles para aliviar conflitos.



Contábil